

## Entidades cobram do Ministério de Minas e Energia avanços na agenda setorial<sup>1</sup>

Rafael Bitencourt<sup>2</sup>

Entidades com ampla representação dos consumidores de energia elétrica voltaram a cobrar do Ministério de Minas e Energia avanços na agenda de reforma do setor elétrico e ação política para conter “pautas bombas” discutidas no Congresso Nacional que, em caso de aprovação, vão impor novo custo bilionário às contas de luz.

Capitaneada pelo presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia, Luiz Eduardo Barata, a coalizão que reúne mais de quinze entidades vinculadas aos consumidores preparou documento com dez medidas prioritárias para corrigir decisões tomadas por governos anteriores, medidas populistas ou de interesse de grupos econômicos específicas defendidas no Legislativo e tirar do papel a atualização do conjunto de normas e lei do setor elétrico consideradas ultrapassadas. Com passagens pelos comandos de órgãos que cuidam do setor (como MME, ONS e CCEE), Barata é um dos especialistas que alertam o governo sobre o risco do setor entrar em colapso.

“O modelo se esgotou há sete anos. Então, se a gente tivesse feito lá atrás uma revisão ampla do modelo, talvez não tivéssemos passando pelas trapalhadas que estamos passando hoje. Mas, não. A gente deixa tudo acontecer para depois tentar resolver”, disse o presidente da Frente.

---

<sup>1</sup> Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/03/12/entidades-cobram-do-ministerio-de-minas-e-energia-avancos-na-agenda-setorial.ghtml>. Acesso em: 12 de mar. de 2024.

<sup>2</sup> Jornalista do Valor Econômico.

---

# Agenda setorial

Consumidores reivindicam avanço em 10 itens da pauta regulatória

---

## 1. Ampla reforma setorial

A ampla reformulação de regras do setor prometida pelo governo deve levar em conta as condições comerciais, operacionais e de consumo atuais, reconhecer as urgências climáticas e preservar a sustentabilidade energética do país. O processo deve ser iniciado o mais rapidamente possível pelo Ministério de Minas e Energia a partir do diálogo com todos os atores do setor e posterior encaminhamento da proposta ao Congresso.

## 2. Reavaliar subsídios

Cabe ao governo fazer a revisão dos subsídios na conta de luz. Deve-se extinguir benefícios que perderam a razão de existir e fazer transferência gradual dos custos remanescentes para o Tesouro. Em 2023, os subsídios do fundo CDE representaram 13,5% da tarifa residencial, totalizando R\$ 35 bilhões no período.

## 3. Arquivar PDL 365 e PL 2.703

Dois projetos analisados no Senado se sobrepõem a normas aprovadas por órgãos do setor e poderão aumentar a tarifa no Norte e Nordeste. O Projeto de Decreto Legislativos 365 repassa custo anual de R\$ 800 milhões aos consumidores residenciais. Já o Projeto de Lei 2.703, que trata da prorrogação de subsídios, poderá trazer o impacto adicional de R\$ 4 bilhões por ano na tarifa.

## 4. Aprovar o marco do hidrogênio verde

O marco legal do mercado de hidrogênio verde, em análise no Senado, é positivo, mas sem as inclusões de novos subsídios ou de qualquer outra medida que gere mais custos para a população ou deturpe o propósito de regular uma fonte sustentável para promoção de uma transição energética justa e efetiva.

## 5. Aprovar o marco das eólicas offshore

Também em tramitação no Senado, o marco da eólica offshore (em alto mar) é aguardado no setor, mas requer atenção do governo porque contou com mudanças na redação que oneram o consumidor de energia em R\$ 25 bilhões ao ano. O valor está atrelado a incentivos à produção de carvão mineral, energia térmica à gás e outras medidas sem justificativa técnica.

## 6. Cumprimento de contratos emergenciais

A falta de decisões da diretoria da Aneel sobre as nove contratações emergenciais de usinas térmicas (PCS), na crise hídrica de 2021, é prejudicial para os consumidores. Se cumpridas as cláusulas, com penalidades previstas, a decisão pode cortar o custo bilionário da geração de energia mais cara de térmicas inadimplentes. Na visão da Frente, a agência está "terceirizando" decisão ao Tribunal de Contas da União (TCU), que leva o caso para áreas de resolução de conflitos.

## 7. Enfrentamento das mudanças climáticas

A exemplo de outros países, o Brasil precisa contar com estratégia para garantir mínimas condições de enfrentamento ágil dos eventos climáticos extremos, garantindo fornecimento de energia. A falta de investimento nessa área, em redes isoladas, redes subterrâneas e automação, contribui para o agravamento da situação.

## 8. Reduzir da tarifa no acordo de Itaipu

A disputa entre Brasil e Paraguai para definir a tarifa da usina binacional de Itaipu pode aumentar mais a conta de luz. Caso a proposta paraguaia prevaleça, o preço da energia dos brasileiros subiria dos atuais US\$ 16,71 para US\$ 20,75 por kW/mês. A usina representa 9,8% da energia produzida no país. A rigor, como o custo da construção da usina já foi pago, a tarifa de Itaipu deveria cair para US\$10 por kW/mês.

## 9. Rejeitar fontes poluentes

A construção de novas usinas a gás (8 mil MW), prevista na Lei de privatização da Eletrobras (14.182/2021), tornará a energia mais cara e trará prejuízos à saúde e ao meio ambiente. Se nada for feito, serão gastos R\$ 100 bilhões em gasodutos para abastecer essas usinas. As emissões de CO2 no sistema elétrico aumentariam em 53%.

## 10. Mais diálogo sobre renovação

O atual processo de renovação de concessões de distribuição de energia elétrica, a partir de 2025, impacta 60% desse mercado. O governo deve ampliar a participação da sociedade, especialmente dos consumidores que pagam a conta, na definição das regras gerais, contrapartidas e demais aspectos que constituem o processo de renovação das concessões.

A apreensão em torno de um dos assuntos que preocupa o setor, a renovação dos contratos das distribuidoras de energia, levou os representantes da Frente a protocolar uma carta endereçada ao ministro Alexandre Silveira. O documento chama a atenção para o risco de deputados federais se rebelarem contra o rito de renovação das concessões. Pela lei atual, o processo deve ser conduzido pelo Poder Executivo.

A ameaça gira em torno da possibilidade do Projeto de Lei 4831/23 conferir ao Congresso o poder de decidir sobre a prorrogação do contrato de 19 distribuidoras. O atual processo de renovação de concessões de distribuição de energia elétrica, a partir de 2025, impacta 60% do mercado de distribuição.

O Ministério de Minas e Energia abriu consulta pública para discutir o tema no ano passado. O governo já recebeu aval do Tribunal de Contas da União (TCU) para estabelecer as diretrizes, por meio de decreto, e submeter individualmente a renovação dos contratos à aprovação do órgão.

O ministério foi questionado sobre as preocupações das entidades que representam os consumidores, mas o órgão não respondeu até o fechamento desta edição.

Ao Valor, Barata informou ainda que vai se reunir esta semana com secretário-executivo do MME, Arthur Cerqueira Valerio, para entregar o documento com os dez temas prioritários do setor elétrico, que envolvem ações no âmbito legislativo e regulatório, e que demandam forte articulação do governo.

O trabalho contou ainda com a colaboração de Renata Albuquerque, coordenadora do programa de energia do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). Ela aprofundou a análise sobre o impacto da tarifa elevada sobre as famílias mais pobres.

“Uma conta de luz mais cara aumenta os níveis de pobreza energética e também pode consumir uma parcela significativa do orçamento dos brasileiros. Isso pode comprometer outras áreas da vida que também são essenciais”, disse Albuquerque.